

**ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e onze realizou-se a Centésima Trigésima oitava (a) Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas nº. 55 – 11º andar – sala 1108 (auditório), Porto Alegre, com o início às quatorze horas, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Jussara Rosa Cony**, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA; **Paulino Donatti**, representante da FETAG; **Hugo Verli**, representante da CBIOT; **Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Airton José Scheffel**, representante da FAMURS; **André José Kryszczun**, representante da Secretaria da Cultura; **Daniel Cristo de Souza**, representante SSP; **Lisiane Becker**, representante da MIRA-SERRA; **Clovis Zimmer**, representante da FIERGS; **Mariana Bonelli**, representante da SDPI; **Ana Lucia Cruz**, representante do SINDIAGUA; **Carlos Fernando Niedersberg**, representante da FEPAM; **Eduardo Stumpf**, representante da CBH; **Eliane Souza**, representante da Secretaria da Educação; **Baltazar Teixeira**, representante da SEINFRA; **Alexander Cenci**, representante da SEAPA; **Flavio Lewgoy**, representante da AGAPAN; **Fernando Hartmann**, representante da SERGS; **Paulo Brack**, representante do INGÁ; **Darci Campani**, representante da UFRGS; **João Paulo Steigleder**, representante do Corpo Técnico da SEMA. Estavam presentes ainda os senhores: **Enilson Silva Gonçalves**, da FEPAM; **Luciano Rabello**, da ONG Rios do Sul **Cristiano Paiva**, do SESC; **Iara Brito Martins**, da FEPAM; **Thais Pivatto**, da FEPAM; **Valtemir Goldmeier**, da FAMURS; **Liliani Cafruni**, da SEGRS **Edoardo Paskulin**, da ANAMA; **Sabrina Feltes**, da FEPAM; **Rafael Lameira**, da SIGA/SEMA. Justificou sua ausência o representante da SCIT, Sr. Paulo Gallas. Os trabalhos foram abertos e presididos pela Sra. Jussara Rosa Cony – Secretária Estadual do Meio Ambiente, **Sra. Presidente (Jussara Rosa Cony)**: Como temos quorum vamos iniciar a nossa reunião do conselho de hoje. Em situação mais tranquila, porque até agora não temos nenhuma ameaça. Eu quero deixar muito claro e fazer um agradecimento perante a este conselho, aos órgãos de segurança do Estado, que fizeram um trabalho importante enquanto que nós estávamos em uma reunião passada com uma possível ameaça de bomba na secretaria. Todos que saíram da secretaria viram o aparato todo que estava aqui na frente. Para não parar – qualquer dúvida – porque acho que estas questões tem que ficar muito claras, de que se interromper uma reunião em qualquer momento que fosse decisivo pra reunião. Algumas especulações em relação a isso ocorreram, inclusive materiais escritos pela imprensa e nós queremos deixar isso muito claro de nós temos a responsabilidade do cargo, que é um cargo publico, embora outorgado pelo governador, e que não temos nenhuma necessidade de interromper reuniões ainda mais em respeito a um órgão pelo qual lutamos, historicamente, para que se constituísse num processo importante de muitas lutas em nosso país. As rodas não são inventadas em um determinado momento, as giram e é um processo coletivo. Então, eu faço ao fazer o agradecimento a Brigada Militar e a Polícia Civil, quero dizer aos senhores que nós ficamos a todo o momento monitorados, por esses dois órgãos importantes de segurança do Estado para que pudéssemos levar até ao momento que levamos a nossa reunião, que era a primeira reunião do CONSEMA. Dito isso, eu passar a nossa reunião do dia de hoje com uma pauta que todos receberam. 1. Aprovação das ATAS 135, 136 e 137 reunião ordinária, e reunião extraordinária que realizamos naquele momento, agradecemos a todos o pronto atendimento para que resolvêssemos uma questão que estava pendente, anteriormente da atual composição do conselho. Eu acrescentei a inclusão na pauta no ponto 2. Carta Consulta do Banco Mundial sobre o programa RS Biodiversidade, 3. Comunicações Gerais 4. Suplementação do plano de aplicação de recursos 2011 do Fundo Estadual do Meio Ambiente, pelo presidente da câmara técnica permanente do FEMA o Cylon Rosa Neto – não virá segundo a informação. Nós estamos aqui com o Fabrício, diretor administrativo da SEMA, mais a presença de duas funcionárias da SEMA FEPAM Iara e Taís que farão este informe. Depois 5. Qualificação dos Municípios, trabalharemos com a perspectiva dos pedidos de vista. A conselheira Lisiane Becker fará como foi feito o pedido de vista fará o informe para todos nós, a respeito do parecer. Eu fui informada que a Lisiane daria o informe se não é isso, por favor, me esclareçam. Eu mal informada. Então conforme o município, aquele que pediu a vista vem dar o informe, se não trouxe o informe hoje, naturalmente vamos ter que passar para a próxima reunião. 6. processo de denuncias do município e por fim assuntos gerais. Então, boa tarde a todos, vamos iniciar com a **Aprovação das ATAS nº 135, 136 e 137** já distribuídas anteriormente e eu quero a partir deste momento fazer agradecimento a Assembléia Legislativa que esta aqui conosco, pela presteza da

Assembléia a gente nossas atas aqui. Estão prontas as da **136ª Reunião Ordinária**, segundo o informe que estou tendo agora, e da **37ª Reunião Extraordinária**. Algum elemento a adicionar na reunião da ata 136? Podemos colocar em votação a **Ata da 136ª Reunião Ordinária**...quem concorda? Por favor, levante seu crachá, **17 votos favoráveis**, alguém discorda? Abstenção? **Aprovada**. Eu não vou entrar no mérito depois nós resolvemos isso é uma questão administrativa. Se foi enviado para todos ai pode haver alguma falha, às vezes até as caixas da gente que estão cheias. Bom, da **Ata da 37ª Reunião Extraordinária** em votação: quem aprova? Por favor, se manifeste **17 votos favoráveis**, alguém contra? Abstenção? 2 pela ausência **aprovada**. As comunicações que nós gostaríamos de fazer estas comunicações elas vem na esteira de algo que eu gostaria que em algum momento, possivelmente na próxima reunião, aprofundarmos. Eu creio que assim como na reunião da assembléia legislativa a gente se propôs, e vai depender da assembléia legislativa querer ou não de que quadrimensalmente levasse a comissão da saúde e meio ambiente da AL, relatórios do processo enfim de gestão ambiental no estado do RS. Aqui neste conselho, talvez a gente consiga discutir na próxima reunião, se o conselho assim entender, de a gente possa pautar todos nós informes que entendamos, como conselheiros, interessantes de socializar as informações sobre o que está ocorrendo e que é do âmbito deste conselho ter conhecimento. Eu me atrevi, digo aos senhores e ponho em votação se isso todos entende que se possa fazer neste momento, de fazer informes da carta consulta do banco mundial, os dois informes são sobre o banco mundial, os estágios que estão RS biodiversidade e a reunião de sabatina que nós tivemos com o banco mundial em relação a carta consulta com dois elemento da gestão ambiental que é o **ininteligível** e o zoneamento ecológico. E uma outra perspectiva é nós possamos também relatar da ultima reunião do secretariado do governo do estado do rio grande do sul, sobre os projetos que vão ser enviados a assembléia legislativa já na próxima etapa para discussão com a sociedade, a assembléia é a estância legítima de discussão quando o executivo manda os projetos para que tanto na comissão de mérito como na comissão de constituição e justiça, os cinco projetos para enviar, dois são projetos originários já deste processo da transição destes quatro meses de governo. Então eu gostaria de colocar a disposição deste conselho a perspectiva que neste momento rapidamente fazemos estes dois informes pra que todos estejam a par desta dinâmica que está ocorrendo em relação à política ambiental do Rio Grande do Sul. Quem concorda que façamos os informes agora eu estou pondo em votação agora porque acho que justo que se faça assim. Quem discorda? Quem se abstém? Um discorda. Quem se abstém? Um se abstém. Então rapidamente: sobre o programa RS biodiversidade que foi aprovado pelo Banco Mundial, a comissão financeira do Banco Mundial, é o programa que vocês tem conhecimento, RS biodiversidade, que é um programa direcionado ao nosso bioma pampa, é um programa que já vem anteriormente e que agora renovamos e que envolve a Fundação zoobotânica a SEMA uma ONG internacional e EMATER e isto. Nós já estamos na etapa, o sistema financeiro do banco mundial veio, sentou a mesa com os integrantes do projeto, trazendo em primeiro lugar a aprovação do projeto e já estabelecendo os mecanismos que tínhamos que dar conta com os prazos. Quero dizer aos senhores que antes do prazo ser esgotado já conseguimos abrir a conta no banco, já encaminhamos ao banco mundial e já estamos em fase de ser depositado os valores de acordo com o cronograma para que possamos dar continuidade ao RS biodiversidade, então é um informe neste sentido que eu acho importante que se coloque aqui. Em relação a carta consulta do banco mundial na mesma reunião que nós tivemos sobre o RS bi diversidade, a diretora que acompanha os processo no estado do rio grande do sul e que é a diretora financeira, trouxe do banco mundial a seguinte colocação e quero compartilhar com os senhores que isso é fruto de processo coletivo. Que pela primeira vez o banco mundial recebeu em uma carta consulta buscando o aporte de recursos para o projeto de desenvolvimento pautado a questão da sustentabilidade ambiental o que nos confortou muito porque esta é o grande desafio de fazermos desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. A partir disso, na semana passada o banco mundial esteve no rio grande do sul e sentou com todas as secretarias envolvidas, uma delas foi a nossa. Então nós fomos sabatinados pelo banco mundial a partir de uma intervenção da secretária sobre o ponto de vista da visão, conceituação e dos compromissos do desenvolvimento do rio grande do sul ligado com a sustentabilidade ambiental na perspectiva desta dinâmica de desenvolvimento que o nosso país e outros países também desenvolvem neste momento do processo histórico. Apresentamos então a visão de governo, isso se trata de uma carta consulta do governo ao banco mundial no que tange ao desenvolvimento e as relações do meio ambiente. Nós apresentamos dois projetos, acho que isso já é do conhecimento dos senhores, que foi zoneamento econômico ecológico do Estado do Rio Grande do Sul e o sistema integrado de licenciamento ambiental. Tivemos uma apresentação dos técnicos da SEMA e da FEPAM a Luize pela FEPAM e o João Manoel pela SEMA que foram os dois técnicos que lideraram o grupo de elaboração com a participação da

direção da secretaria e da FEPAM e estes dois elementos foram apresentados ao banco mundial. Tivemos três horas de reunião, eu acho que foi uma reunião extremamente produtiva sobre o sistema integrado de licenciamento que o objetivo, sabemos, que é integrar o ambiente de licenciamento ambiental para otimizar fluxos, procedimentos, o instrumentos de informática que atendam o requerente agregando qualidade na informação e agilidade no resultado. Com treinamento a capacitação de recursos humanos e divulgação de informações ambientais. Porque o grande argumento ao banco mundial foi isso a falta de estruturação material, humano dos órgãos de licenciamento tem causado graves problemas na execução dos investimentos econômicos, precisamos reestruturar o processo de licenciamento dos órgãos ambientais a fim de conferir agilidade, transparência e eficiência. Então apresentação o fluxograma ao banco mundial e as metas. Em relação ao zoneamento ecológico econômico, que são dois projetos que foi entendido, eu diria dois projetos pré estruturantes, eles caminham juntos; o sistema integrado de licenciamento e zoneamento ecológico econômico. Em relação ao zoneamento ecológico econômico está errada na ficha técnica está econômico primeiro, nós temos que mudar pra nós e enviar. O objetivo é realizar estudo de zoneamento, para o banco mundial e para o potencial de disponibilidade financeira, em quatro zonas ambientais de maior dinamização econômica hoje no Estado do Rio Grande do Sul, que é o Litoral Norte, o lago Guaíba, Rio Grande e as bacias hidrográficas de Sinos e Gravataí. Essa foi a identificação que se fez, inclusive de dados, objetivos da Fundação Econômica Estatística e dados mesmo nosso. Porque é isso, é planejar a implantação de planos, obras, atividades, no Estado, historicamente elas são realizadas sem nenhuma organização do território do Estado e dos usos que oportunizam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da condição de vida da população. Investidores muitas vezes comprando, equivocadamente, áreas em lugar de áreas de proteção e depois querendo licenciamento que é impossível ser dado. Então com isso, eu acho que nós vamos passar para outro patamar, integrando estes dois pré projetos estruturantes, projeto estruturantes é mais além, mas eles são estratégias para estes mais estruturantes. O valor é de quinze milhões para cada um deles de reais, só que em relação ao zoneamento ecológico econômico eu deva adicionar um informe que nas relações, o Ministério do meio Ambiente está pautando macro zoneamento do Rio Grande do Sul, acha que tem condições de começar conosco. Então nós vamos ter a possibilidade desse macro zoneamento, mas já com estas quatro áreas principais iniciamos ai com o financiamento do banco mundial. O cronograma físico financeiro anual aprovado, sob ponto de vista do **ininteligível** são vinte e quatro meses e o zoneamento ecológico econômico sob ponto de vista do **ininteligível** são dezoito meses. Na conversa com o banco mundial, o que ficou claro é de que mais ou menos oito meses para o financiamento. Então nós tivemos um acordo político de que bom, vamos apresentar os documentos os senhores vão cumprindo cada um a sua parte, mas nós já estamos trabalhando internamente para que quando o financiamento sair, naturalmente, possamos fazer com que este financiamento comece ser aplicado. Até porque dizemos ao banco mundial e eles viram pela apresentação da Luíze e do João e a intervenção da secretária mas mais do sob ponto de vista técnico da apresentação dos dois trabalhadores que nós temos espertíssimas aqui dentro através da SEMA e das duas fundações pra já ir trabalhando esta questão, a final apresentamos um projeto, e eu sai com a impressão que nós fomos cumprimentados, não aquele cumprimento diletante, mas um cumprimento, após as perguntas, os esclarecimentos e a impressão que me deu que o banco mundial entendeu que nós estamos buscando com isso iniciar um processo de planejamento estratégico e de gestão ambiental. Então era isso que eu queria trazer de comunicação e junto com esta comunicação gostaria de encontrar aqui, esta aqui. No meio do mês senhores, do próximo mês vai para a Assembléia Legislativa uma nova etapa de articulação de projetos, quando nós realizamos a transição e tão logo também já assumimos aqui se estabeleceram relações com varias entidades, entidades que pautaram e nos trouxeram informações, dados a sua espertíssima e sua responsabilidade em relação a dois projetos que seriam estruturantes que deveriam ser apresentados ao governo. Nós elaboramos, trabalhamos com estas entidades, com os nossos técnicos e inclusive em relação ao um dos planos, propusemos o Fernando e eu na reunião da BEMA que nós pudéssemos contribuir com os outros estados com a espertíssima que tínhamos aqui. Um deles surge de um convenio que havia com a EMATER e que acabou na gestão passada. O convenio para o motivo que foi realizado acabou não sendo realizado e os trabalhadores que estavam neste convenio, atentaram para a questão do controle das emissões no Estado do Rio Grande do Sul, e foram elaborando um plano de controle de emissão veicular, e que na transição a engenheira Sabrina que era uma das componentes na gestão anterior, deste processo, nos apresentou e nós entendemos que era importante e é o plano de controle de emissão veicular no Estado do Rio Grande do Sul. Este projeto está indo no processo de segunda etapa de projetos estratégicos para o Estado do Rio Grande do Sul, é um conjunto de ações de gestão com o objetivo de estabelecer programas e diretrizes para promover a

redução da poluição atmosférica que é tudo que a gente quer e precisa, nossa contribuição ao planeta, dos nossos veículos e dos **ininteligível**, gerados pela frota de veículos. É uma resolução que não é nossa mas é do CONAMA resolução 418 de novembro de 2009 que veio em muito boa hora, ou seja, o Conselho Nacional atento as necessidades do país e do Planeta e com prazo de publicação. Quero comunicar que pela reunião da BEMA, né Fernando? Nós vimos que estamos muito adiantados, então em conjuntos com técnicos da câmara técnica de recursos atmosféricos e poluição veiculada, CONSEMA e das instituições, dos programas nacionais, o nosso grupo técnico da FEPAM elaborou este projeto embasado no inventário de fontes móveis do Estado do Rio Grande do Sul e nos dados ambientais disponíveis para caracterização do nosso Estado. Então a rede de monitoramento de qualidade de ar, os aspectos meteorológicos, a influência dos poluentes atmosféricos seus impactos. Isso para mim é de uma qualidade importante porque os impactos na saúde e impactos também sob ponto de vista de acidente que nós temos todos os dias em função de frotas absolutamente ultrapassadas sobre vários aspectos. Importância da poluição sonora do ponto de vista de agravo a saúde e influência da manutenção mecânica e a relação com os acidentes, então com tudo isso foi se traçando perfil para direcionar as principais recomendações da aplicação do plano. Há uma divisão dos 496 municípios em oito macro regiões a fim de distribuir a frota que hoje está composta por quatro milhões e trezentos mil veículos um crescimento de 5% a.a cresce o poder aquisitivo os sonhos de consumo se estabelecem, por que eles vem de uma sociedade de sonhos de consumo. Então isso permitiria inventariar as emissões dos poluentes, se propor uma escala de prioridades das futuras ações. A gente vai disponibilizar, esta em elaboração, a Casa Civil que é responsável por este processo e eu queria dizer aos senhores que este vai como projeto como indicativo de política de governo. Dos cinco já temos este primeiro. E o segundo é uma pauta que desde o primeiro momento nos foi posta de varias entidades de forma muito particular e importante pela FAMURS que já foi lá no momento da primeira reunião, que é o cadastro técnico federal das atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais TCFA. Sobre este aqui vamos diferenciar, este aqui, naturalmente é uma taxa, que vai ser composta por vários elementos e que, na minha concepção, plano de controle de poluição veicular, é algo que nós que possuímos veículo, pagaremos, mas a relação custo/benefício ela é de uma enormidade sob ponto de vista nosso mesmo, sob ponto de vista do planeta. Mas isso tudo vai estar, **ininteligível**, nos debates que se dá na assembléia legislativa. O TCFA é uma taxa já cobrada, arrecadada só pelo IBAMA e que ia só para o governo federal, e nós não achamos justo. Acho que a FAMURS pautou bem, como representante dos municípios. Então essa é um cadastro é uma lei federal 1981 que dispõe sobre a política ambiental do meio ambiente que instituiu o cadastro das atividades potencialmente poluidoras, no sentido de controle rigoroso das atividades que são danosas ou que consomem recursos naturais de forma acentuada. Também a mesma legislação a nível federal, taxa de controle, que é esta nossa TCFA, regulamentada por uma outra lei federal do ano de 2000 com objetivo de ampliar e qualificar a fiscalização sobre estas atividades danosas ao meio ambiente. O que isso significa? Significa que em conjunto a arrecadação não é mais destinadas apenas ao IBAMA e aos órgãos federais, é uma arrecadação que vai ser repartida entre os estados e municípios para aplicação de benefícios ao nosso ambiente natural. Ela vai garantir o estado ter a participação nestes rendimentos, portanto. Isso tudo foi negociado na tripartide, IBAMA, SEMA e FAMURS. Essa é a tripartide é assim que nós estamos trabalhando desde a recuperação da tripartide. Então 60 % para o IBAMA porque é isso que prevê a lei federal, aqui não dá para nós queremos inventar, dizendo não, não pode ser. Nós estamos dentro da lei federal, criar sem nenhum novo imposto nem aumentar o que já existente. A participação do Estado tanto no cadastro das atividades colhedoras, como na taxa, vai permitir ampliar a efetividade e eficiência da fiscalização no Rio Grande do Sul sem onerar o contribuinte. Na verdade é isso, nós vamos buscar um dinheiro que é nosso do Estado e dos municípios, para que sejamos também os agentes fiscalizadores, por que entre nós, o próprio IBAMA coloca com muita clareza, o IBAMA não tem como estrutura nem técnicos para fiscalizar o país inteiro, então nós também seremos agente fiscalizadores, estados e municípios, receberemos a nossa parte. O concreto é que quanto mais agentes fiscalizadores, antes de pensar que o dinheiro vem para nós, mais o nosso meio ambiente vai estar protegido porque nós vamos ter os órgãos gestores municipais, estaduais fiscalizando, naturalmente com uma repartição de taxa para aplicar num processo de recuperação do nosso ambiente natural. Então a União não apenas delega responsabilidade de fiscalização, não tira dela, mas delega para estados e municípios através do cadastro, mas também os meios de executá-la a partir dos recursos TCFA. Isso aqui já está sendo cobrado. Tem que vir para o estado e municípios. Por que eu fiz questão de dar estes dois informes ao conselho, porque eu creio que entre cinco projetos estruturantes e que dialoguem com aporte de recurso para o Estado, não para caixa único, neste caso para o órgão ambiental, principalmente do cadastro estadual a taxa de poluição atualmente o DETRAN é

parceiro deste processo. DETRAN entra, há um custo para a implantação, mas a relação com os benefícios é muito importante. Eu fiz questão de trazer para que o Conselho tenha o conhecimento de que os cinco projetos estruturantes e que dialogam com a questão financeira do Estado, porque o déficit de zero é uma falácia, tem que ser sempre dito isso, foi uma falácia, o déficit do estado é estratosférico, me permitem trazer se vocês quiserem na próxima reunião. Então não existe déficit zero, é uma falácia, tem que ser dito. Porque estamos também trabalhando com o orçamento fechado do ano passado. A partir de agora no PPA participação e no processo de discussão que está ocorrendo em todas as regiões do município, nós estamos participando em todas, naturalmente o ano que vem vamos ter uma outra dinâmica de orçamento. Então além de trabalhar com a questão da ambientabilidade da sustentabilidade ambiental para o projeto de desenvolvimento, esses dois projetos garantirão um aporte de recursos para o Estado do RS e entre os cinco, dois são relativos a questão ambiental. Em um primeiro momento, me parece que estamos contribuindo sem nenhum favor pra gestão do estado, o estado como agente público e doutor em políticas públicas e com a particularidade da questão ambiental. Agradeço a atenção de todos e se alguém quiser fazer uma colocação a respeito, eu vou dar três minutos para os senhores porque nós temos uma extensa reunião. É uma comunicação que eu estou fazendo, não necessariamente precisa vir ao conselho, isso é uma política que estado que vai para assembléia onde os debates se farão, eu estou fazendo esta comunicação em respeito ao conselho. Pois não, a FIERGS primeiro. **Sr. Carlos Zimmer – FIERGS:** boa tarde, do TFCA a parte que seria destinado ao estado e ao municípios, a senhora colocou 60% para o IBAMA e o restante. **Sra. presidente:** nós fizemos um acordo, IBAMA, SEMA e FAMURS, no sentido de que venha uma parte para o estado e essa parte ela tem componentes diferenciados em relação a municípios que já estão em uma determinada etapa, então depois de varias discussões nós chegamos a algumas conclusões que eu acho que melhor do eu fale o conselheiro Valtemir, porque foram conclusões levando em considerações os significados dos municípios, do estado e diferenciações nas etapas dos processos dos municípios no sentido de dar uma dinâmica maior para quem precisa dessa dinâmica. **Sr. Valtemir:** só esclarecer ao conselho que a TFCA é uma taxa criada complementarmente a 6938 na alteração que houve em 2001, e a divisão que ficou, pela lei 40% pertence ao IBAMA e 60% pode ser compensado pelos estados e municípios, como o estado não tem a lei por causa disso o dinheiro todo fica com a União. Então dos 60% que vai vir para o estado nós fizemos um acordo onde 50% vai ser repassado para os municípios e 50% vai ficar para o estado e aqueles municípios que ampliarem a atuação ambiental e chegarem a delegação de competências por parte da FEPAM aí haverá um repasse de 60% para os municípios e 40% ficará com o órgão estadual – obrigado. **Sra. presidente:** obrigada, Valtemir. Está respondido FIERGS? Professor Lewgoy, por favor. Nós temos que providenciar microfones para pessoas poderem sentar em seus lugares tranquilamente. **Sr. Lewgoy:** senhores, é o seguinte: a minha entidade que completa quarenta anos neste mês, fez um estudo consultando base de dados é importante que todos tomem conhecimento porque isso vai ajudar, inclusive, a frear ímpetus desenvolvimentistas como é o caso de queimas maciças de carvão que já estão sob interrupção do ministério público, e esta questão da poluição veicular. O estudo está a disposição ali se chama os piores cenários climáticos estão se tornando realidade, isso quer dizer que as calotas de gelo do mar ártico estão em fase terminal e as previsões lançadas pelo PICC, painel intergovernamental das mudanças climáticas **ininteligível** 2007, os cuidados científicos atualizados foi divulgado que o gelo no verão está previsto desaparecer quase completamente no fim deste século só que está desaparecendo oitenta anos antes as previsões mais antigüíssimas indicam uma quinzena. Eu acho interessante os conselheiros tomem conhecimento esse relatório tem copias a disposição ali junto ao livro de presença, porque, isso vai ajudar a tudo o que a nossa secretaria falou com respeito questão controle de emissões e dá um freio em ímpetus desenvolvimentistas que na verdade podem perfeitamente ficar sem eles. Eu não vou ler este relatório que são três paginas, aqui está sua copia. Isso pode e deveria se divulgado porque são dados os quais são comprovados com as fontes. Então as coisas elas não estão ficando ruins, elas já então ruins e nós podemos contribuir o máximo que pudermos para evitar e a emissão de gás com efeito estufa. E eu gostaria que todos tomassem conhecimento, existem copias ali não sei se dá para todos mas pode se conseguir, por enquanto é isso. **Sra. presidente:** agradeço ao professor Lewgoy – há uma equipe, professor Lewgoy, trabalhando esta questão onde nós participamos no núcleo de governo. Então vou a pensar este documento, porque inclusive nas justificativas, na assembléia e nos debates da assembléia um documento deste teor é de extrema importância para este debate que nós vamos fazer – lhe agradeço a contribuição. Eduardo – Comitê de Bacias. **Sr. Eduardo Stumpf – Comitê de Bacias:** secretária, como na pauta esta escrito RS biodiversidade eu tinha uma expectativa em relação a este assunto e gostaria, talvez em assuntos gerais, se pautasse o plano estadual de unidades e conservação que ano passado se tentou uma

apresentação e acho que é uma assunto bem importante para o CONSEMA. **Sra. Presidente:** ótimo Eduardo, e consequência inclusive desse processo que a gente trabalhou aqui, de pautar e trazer os informes para o conselho, vamos providenciar com nosso departamento de unidades de conservação – obrigada. **Sra. Lisiane Mira-Serra:** Boa tarde, eu só quero lembrar que existe uma pauta bem robusta que as ONGS elaboraram e anualmente nós protocolamos uma pauta de assuntos para serem tratados aqui, gostaria de lembrar e talvez resgatar, porque ficamos repetindo, repetindo e o ano passado encaminhamos, né professor, tem uma pauta **Sra. presidente:** então encaminha para nós, ano passado não era nossa gestão. Viu Lisiane, perante o conselho e em respeito as pautas de vocês é que eu digo: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa e eu tive que resgatar muita coisa das gavetas, o RS Biodiversidade foi um. Então oficialmente nos encaminha por é isso. Acho que nós quatro estávamos na reunião do CONAMA aquela intervenção da ministra ela foi muito importante porque, enfim porque os conselhos são órgãos estratégicos de discussão eu acho que nós temos que passar para outro patamar de discussão política mesmo do planejamento estratégico, gestão do estado com independências de poder constituídos, naturalmente. Os governos têm as suas pautas e os seus projetos. A sociedade dá dinâmica maior aos projetos, muitas vezes há idéias divergentes e eu acho isso extremamente salutar, então a realidade é essa dá uma dinâmica diferenciada nos nossos conselhos que é a dinâmica da vida mesmo e das responsabilidades que nós temos. Então protocola, manda, não é uma questão protocolar administrativa...é, é...com certeza a pauta de vocês deve ter avançado, tem coisas que talvez não tenha sido posta. Se há um outro momento se vocês concordem ou não as entidades, nós podemos avançar em pautas mais dinâmicas, protocole, então. Muito obrigada. Bom agora nós temos as comunicações gerais. Terceiro ponto da pauta, eu vou agilizar aqui. A não presença de: do sistema FECOMERCIO, eu vou ser rápido não vou ler todos os ofícios, sistema FECOMERCIO não está aqui porque tinha uma agenda anteriormente estabelecida numa outra atividade deles. Também o pessoal da BIOFILIA não está. Filipe Amaral também dizendo que não pode estar. A SENTEC não está presente porque está no fórum nacional de gestores de inovação e transferência de tecnologia. Também a secretaria ciência de tecnologia. Agora é uma indicação **ininteligível**, da segurança pública pelo secretário adjunto Juarez Daniel, está aqui. Secretário adjunto da Cultura representando o conselho assessor especial André José. Confirmação da participação da FIERGS, Clovis está aqui. Quando o titular não pode vir as entidades indicam outro. Bom, agora nós entramos no item quatro que é a suplementação do plano de aplicação dos recursos 2011 do fundo estadual do meio ambiente – O Cylon chegou? - Não? Então nós temos aqui o nosso diretor administrativo a e servidora Iara Tais a disposição pelo tempo necessário para apresentação e vocês já devem ter se organizado para isso – em primeiro lugar obrigada pela participação neste informe. **Sr. Diretor:** Boa tarde a todos, também está a coordenadora financeira da SEMA – a Lurdes e a Iara Tais da FEPAM. Bom eu sou o Fabrício aqui da SEMA a Jussara já me apresentou a gente fez esta discussão sobre a discussão do Cylon na câmara técnica do FEMA, esclarecendo inicialmente, primeiro a gente tirou copia por um erro administrativo nosso, a gente não conseguiu enviar por e-mail, então tiramos copias e distribuimos a proposta. A proposta já foi votada e aprovada a maior parte dela o ano passado, como o orçamento não foi executado pra ser suplementado no orçamento desse ano precisa novamente ser aprovado e como tinha que ser aprovado uma nova suplementação tendo o recurso a gente acrescentou pouca coisa mais na proposta também, para aproveitar o orçamento conforme as necessidades. Então aqui esta nesta primeira que foi distribuída o programa como um todo e depois foi distribuído um anexo que esta dentro deste primeiro que é a parte da FEPAM. Eu vou esclarecer genericamente umas questões e depois conforme a necessidade alguns detalhes tem mais pessoas para ajudar esclarecimentos. Material de consumo principalmente manutenção de veículos e expediente da secretaria como um todo e também da FEPAM. Tudo quês está sendo apresentado é uma parte da SEMA e uma parte da FEPAM que no orçamento do fundo entra unicamente. Tem também uma parte do comando ambiental da brigada que eu já vou citar. Locação de mão de obra, pra dizer que totalmente esta previsão pra contratação de segurança privada para os parques, mediante licitação, será feito este ano o atual contrato de segurança privada do parque de Itapuã e também aqui no Delta do Jacuí está vencendo esta chegando ao final do quinto na do contrato, encerra temos que fazer uma licitação. Estamos prevendo uma ampliação deste atendimento, uma fez que o papel da segurança privada, principalmente em parques que tenham atendimento ao publico, Itapuã, Itapeva, Torres, Horto Florestal, Tramandaí, do Turvo, necessitam de uma segurança privada que os guardas florestais não têm este mesmo papel é outro papel é mais de fazer patrulha ambiental internamente e se faz muito necessário. Tem diversos boletins de ocorrências. Em Torres, por exemplo, de assalto, de invasão, de depredação dos parques. É muito importante a contratação dessa segurança privada para diversos parques além dos que já estão neste momento. Prestação de serviços de

terceiros, esta dentro ali daquele orçamento. O zoneamento de mineração do lago Guaíba, que é uma necessidade aqui do lago, diversos pedidos de liberação de extração de areia que não pode ser nem cedido nem negado se não tiver um zoneamento que é uma necessidade urgente. Além disso de rede de monitoramento de ar e 600.000 desse valor é pro comando ambiental da brigada militar. Obras em instalações com reformas necessárias em diversas agências no interior da SEMA, balcões ambientais em conjunto com a FEPAM, por exemplo em Tramandaí o Horto Florestal tinha um galpão que servia para diversas atividades, inclusive de educação ambiental, de estufa. Um galpão grande lá no horto florestal, com o tempo veio a baixo caiu com um dos temporais há um ano e meio atrás e ele está desativado. Este é um exemplo das obras que precisam ser realizadas, mas tem diversas outras também. Material permanente, entrou aí veículos para atendimento tanto da FEPAM quanto da SEMA rede o monitoramento do ar também, equipamento, computadores para as agências da SEMA e da FEPAM. Essa parte da FEPAM está toda dentro desse orçamento apresentado - aguardo solicitações, algum esclarecimento. **Sra. Lisiane Mira-Serra:** eu não entendi a horto florestal está colocado como unidade conservação? Eu não entendi também a atribuição do guarda florestal no cesso de impedir invasões, poderia explicar isso melhor, qual é a atribuição do guarda florestal que não é compatível com a vigilância particular? **Sr. Diretor:** primeiro, não sei se o João Paulo da DEFAP poderia dar uma colaboração maior nesta parte mas, só para esclarecer, nós estamos chamando todos os restantes concursados do concurso de guardas parques, que são 32, muito poucos, pretendemos realizar mais concurso necessitamos de muito mais de guardas parques, mas os guardas parques tem horário de serviço, eles cumprem escalas trabalha vinte e quatro quarenta e oito, em horário de serviço e neste período não pode ficar desprotegido. A contratação ela é vinte e quatro horas, em Itapuã, por exemplo, tem alguns guardas parques, mas tem o serviço de vinte e quatro horas de proteção se não estaria muito pior da situação que está hoje que não é boa. Os guardas parques tem que ter muito mais e é uma tarefa nossa da secretaria que tem que ser atendido com o passar do tempo porque há uma defasagem muito grande, só para dar um exemplo, os guardas parques eles são concursados, mas eles não tem porte de arma tem a contratação de segurança privada é um item do contrato. Então o porte de armas que eles precisam ter tem ser mediante um curso de formação de preparação que até hoje não foi fornecido pelo estado. Então os poucos que tem o porte de arma pagaram do seu bolso o curso para ter esta possibilidade, com certeza eles necessitam. Eles andam no meio do campo, nas unidades se deparam com caçadores e muitas vezes eles ficam ali a mercê de não ter o que fazer. Os caçadores são muito bem armados e os nossos guardas parques não. Então é uma defasagem muito grande que a atual secretaria da gestão encontrou que pretende fornecer o curso de formação, providenciar equipamentos para os guardas parques e aumentar o numero de guardas parques. Mas enquanto isso não acontece tem todos os procedimentos para isso, é muito urgente a contratação de segurança privada. A gente fez um estudo dos principais locais e se chegou a esse... **Sra. Presidente:** sobre esta questão dos guardas parques, acho que é uma questão de transição, eu quero deixar bem claro, é uma questão de transição porque é uma questão pública de Estado. Eles fazem concurso publico, nós encontramos numa situação ou tu tens alguém que cuide, não é nem uma questão de invasão, ocupação etc. Tem muita coisa entorno de uma área de proteção. Se pensar em uma área em beira de rio, tem muita coisa, muito além das coisas pautadas aqui, que nós estamos observando e etc. e tomando as providencias. São coisas que são de gestão e que quanto menos se publicizar melhor para a gestão influir e com os órgãos competentes, então nós estamos bem a par, bem a par, eu estou falando como secretária para poder informar. Nós tivemos uma reunião importante com a representação da **SEMAFE**, e, **ininteligível**, os guardas parques é sim, a entidade que... bom, mas o pessoal da SEMAFE também pautou a questão dos guarda parques o pessoal das fundações também pautou. Bom não tem IPI formação e capacitação identificação do papel de policia, que eles tem né. Bom tu vai pautar isso para nó também agora, um numero absolutamente insuficiente e nós já conversamos com eles o seguinte: nós achamos que este concurso público para guarda parque, ele está equivocado do jeito que ele é feito, porque ele assim, para todo o estado e as criaturas passam, e a criatura que mora em Uruguaiana vai vir ser guarda parque em Porto Alegre, sem condições objetivas nenhuma de sustentar com o salário que o Estado paga e fora, isto é uma questão, uma questão pessoal, financeira. E outra é a seguinte, quem melhor conhece se não aquele que mora naquela cidade. Então nós já estamos encaminhando no processo de concurso dessa elaboração que nós estamos fazendo junto com a secretaria de recursos humanos, não vamos mandar pacotinho por pacotinho, nós estamos fazendo a estruturação e vamos dizer em determinado momento o que nós precisamos. Nós já estamos encaminhando, achando inclusive e vamos dar a sugestão, que guarda parque e pessoal administrativo e técnico ambiental que se façam estudo muito serio, o Estado faça um estudo, a secretaria conveniente (secretaria de administração e recursos humanos) para que estes concursos sejam

regionalizados. Nós achamos que vamos dar uma perspectiva de que as pessoas poderão trabalhar melhor e em melhores condições. Então essa questão da segurança privada ela é um processo de transição, porque esta é uma função pública e na nossa concepção ela deve ser trabalhada como função pública como concurso público. Eu acho que num raio de um ano nós devermos estar com alguma coisa resolvida, não é só a secretaria do meio ambiente, o Estado como um todo, mas nós vamos entrar com a nossa dinâmica nessa, **ininteligível**, para dinamizar também para os outros seguimentos e aí tem as entidades dos trabalhadores que estão trabalhando forte nisso e eu acho isso muito importante, então a idéia é essa deixar claro, porque o rumo é buscar mesmo concurso público. Função de estado, função como esta função de polícia, função de guardar a biodiversidade a riqueza etc. alias tem um projeto do governo federal que estamos tentando buscar no ministério da justiça que é um aporte de uma bolsa para esses trabalhadores, bolsa de formação e capacitação para esses trabalhadores, esses guarda parques, porque a gente tem que ter também um olhar muito apurado, porque principalmente que tu tem parque que passam em região de fronteira, rios navegáveis etc. nós precisamos dar melhor condição possível para evitarmos problemas seriíssimos que existem nestes locais dos quais nós estamos a par e já comunicamos os órgãos competentes. Tu já terminou da SEMA? **Sr. Diretor**: ah, sim, eu só coloquei da FEPAM que todo mundo recebeu cópia ,ele está dentro deste que foi apresentado. **Sra. Presidente**: eu acho que nós temos um bom encaminhamento mas como nós temos o escrito em relação da FEPAM, da SEMA, tu então tu fala depois? Vamos então seguir o encaminhamento apresentado aqui pelo Fernando, dá todos os informes depois a gente entra...pode ser? Está pronto? **Sr. Tupi José Feijó Neto** diretor administrativo da FEPAM: boa tarde a todos, chegando na nossa reunião eu trago duas proposições lá da câmara técnica, em realidade nós já estamos fazendo uma atualização do que já foi aprovado no ano passado e que a gente não conseguiu executar, houve no ano passado uma autorização para aquisição de recursos, para aquisição de veículos para a FEPAM na ordem de 700 mil estaríamos comprando entorno 15, 16 veículos mas a autorização se deu muito no final do ano e agente não conseguiu nem a liberação porque foi contingenciado todos os recursos do FEMA, e também uma autorização para recursos de recuperação de algumas estações atmosféricas todo esse valor na ordem de dois milhões e trezentos e noventa e quatro, isso foi discutido na câmara técnica e encaminhado e reenviada para cá né secretária, basicamente é isso, não estamos trazendo nada de novo simplesmente é uma atualização de autorização deste CONSEMA para a gente poder atualizar, principalmente a parte de transporte que vai nos auxiliar permitindo-nos fazer a fiscalização no âmbito estadual, a nossa frota está muito velha. E os recursos para investimento na FEPAM, o orçamento deste ano é zero reais então nós temos se valer deste recurso e este atualização de valores para que a gente consiga que as nossas estações atmosféricas, também estão trabalhando no nível crítico são poucos, né Iara, são pouquíssimos os parâmetros que temos conseguido analisar. Então basicamente é isso. **Sra. Presidente**: mais algum informe? A Iara então complementando, por favor, Iara. **Sra. Iara Martins** coordenadora da rede de monitoramento de ar da FEPAM, monitoramento automático: na verdade nós estamos buscando recursos, muitas pessoas me viram aqui muitas vezes fazendo apresentações da nossa rede de monitoramento isso já vem a alguns anos nós estamos tentando essa busca de recursos, conseguimos então, como o Tupi disse, retornando com esta solicitação, com este projeto, esse montante que nós temos aqui é de um milhão trezentos e noventa e quatro para nossa rede de monitoramento, isso é o mínimo para sairmos da condição de estagnação, de operação zero, os equipamentos são pouquíssimos, nenhum parâmetro está sendo medido na nossa rede de monitoramento da qualidade do ar já algum tempo. Então esse é o mínimo que nós precisamos para reativar algumas estações, recuperação de contêineres. Não incluímos aqui a atualização de softwares que é um outro problema e paralelo a isso a FEPAM está buscando soluções com convênios, junto a iniciativa privada nós estamos fazendo este encaminhamento junto a outras entidades porque o passivo é grande. E aliado a isso nós estamos montando uma rede, unificando todas as estações de monitoramento no Estado na chamada Rede Estadual de Monitoramento da qualidade do Ar do Estado do Rio Grande do Sul. Então nós estamos buscando isso junto a parcerias porque realmente o passivo é enorme. Estamos abertos a contribuições, nós temos aqui o colega, Clovis Zimmer, que tem participado das nossas reunião de busca de alternativas quanto ao empreendedor trabalhando na empresa, ele também está adquirindo na empresa dele uma estação de monitoramento que vai ser agregada a rede estadual como condicionante do licenciamento da FEPAM – obrigada. **Sr. Tupi José Feijó Neto**: a Tais do nosso setor de arrecadação nos coloca aqui, no Diário Oficial de sete de julho de 2010 foi editado uma resolução deste CONSEMA de numero de 238/2010 que autorizava então a execução daqueles valores naquela época era na ordem de quatro milhões, então hoje como não tem esta disponibilidade então vamos fazer em cima do que é possível. **Sra presidente**: a disposição então para alguma palavra, algum encaminhamento, pergunta para os nossos relatores – Paulo Brack

estava inscrito. **Sr. Paulo Brack** INGA: bom, nós a alguns anos vemos pautando a questão do meio ambiente, inclusive ano passado INGA passou a fazer parte da Câmara técnica, mas por outro lado a gente sente que a questão do fundo deveria ser discutido melhor para que não se torne um quebra galho da secretaria e do governo. A gente sabe que são questões emergenciais, justificadas. A gente não recebeu por e-mail tanto Mira-Serra como Inga não tivemos a oportunidade de receber o material, mas gente considera, pelas justificativas dadas, da urgência que esta situação tem que ser resolvida com brevidade possível, porém a gente gostaria que esta câmara técnica tivesse aí uma discussão mais aprofundada com relação ao papel do fundo, até como em outras questões como educação ambiental, pesquisas com relação ao meio ambiente, enfim. E que ele possa apontar questão que, por exemplo, no município de Porto Alegre nos conseguimos que o fundo municipal do meio ambiente reserve parcela dos seus recursos para projetos ambientais. Então nós consideramos importante, inclusive uma promessa do ex secretário interino Francisco Simões, lá por 2008 ele disse até o final do ano nós vamos ter um edital. Então a gente vem acompanhando estas questões de certa maneira frustrados até, então a gente espera que a gente consiga deslanchar, fazer uma boa discussão do ponto de vista da função dele até talvez uma discussão com relação ao fundo nacional do meio ambiente da situação que está para que a gente possa fazer com que estes fundos, eles trabalham com política ambiental, entrem no processo de fortalecer as políticas ambientais ponto de vista de pesquisa e outras questões para que não fique simplesmente para quebrar galho do governo. Acho que não é bem este papel a gente gostaria que a câmara técnica, a gente possa pautar estas questões para que o ano que vem a gente tenha então uma discussão inclusive a possibilidade de que uma parte do recurso possa ajudar nos projetos de educação ambiental, enfim, pesquisas das mais variadas áreas, então essa é nossa proposta. E nós consideramos que apesar da pressa, consideramos que vai ter ser aprovado hoje, mas a câmara técnica vai ter que discutir melhor. Até gostaríamos que ela fosse incluída, não se os membros da secretaria hoje possam fazer parte desta câmara técnica para que ela possa então discutir estas questões – obrigado. **Sr. Fernando** sociedade de Engenharia: o Paulo Brack já adiantou algumas coisas que eu gostaria de falar que é a questão da perpetuação das ações em relação ao fundo e em relação ao que se tem ser feito no âmbito ambiental, preservação, na parte educacional etc. que são as condições preponderantes que o fundo deveria atuar. Mas aproveitando também a ocasião, esta questão do monitoramento das estações, enfim, da qualidade do ar no estado está bastante precária, já foi aqui falado, é oportuno que se aplique o dinheiro na rede, porque isso vem ao encontro do que o professor Lewgoy falou no início, que o Estado quer desenvolver empreendimentos, implantar empreendimentos que podem gerar gás efeito estufa e etc., mas o estado não tem condições ou não tem equipamentos que façam o devido monitoramento da sua qualidade do ar e com isso vem ao encontro do que a senhora falou no início, ou seja, o planejamento ambiental do estado, desenvolvimento sustentável. Eu gostaria de dizer também que estamos na verdade apagando incêndio, o que nós precisamos é de uma política de longo prazo. Qualquer monitoramento que se faça, seja fauna, vegetação, água, solo e etc. precisa de um banco de dados que tenha dez, vinte, trinta anos para você ter uma base de dados consistente para fazer estudos, desenvolvimentos, projetos e etc. obrigado. **Sra. Presidente**: eu estou inscrita, quero confessar que estou gostando dessa reunião, estamos entrando aos poucos assim nas questões de fundos, na responsabilidade de um Conselho, aprofundando a partir da realidade objetiva como é que vamos dar saltos aqui. Em relação aos fundos, nós já criamos um grupo de trabalho que envolve os três responsáveis o Ferron, pelo fundo de flor, a Nancy pelo fundo de recursos hídricos e o Mauricio pelo fundo da secretaria (FEMA). São os três diretores para nos apresentar rapidamente um levantamento, um esboço, propostas. Aqui já surgiram varias propostas que também em outros locais tem surgido. Nós vamos ter que, com base na Lei, o que é que são os fundos, para que eles servem e onde nós temos que investi-los. Historicamente eles são criados e estão indo para o caixa único então que providencia já se tomou. Na primeira reunião que tivemos com a ministra, nós desdobramos, ficamos dois dias em Brasília e, desdobramos começando pela secretaria executiva. Na secretaria executiva do ministério, nós encontramos a Dra. Ana Beatriz que é a responsável pelo fundo nacional do meio ambiente. É uma profissional muito capacitada, nós pautamos a relação com os nossos fundos, da nossa preocupação, demos um relato assim do que nós achávamos, chegando aqui. Ela é presidente do fundo nacional, ela está firmando uma rede com os estados e nós já pedimos para entrar na rede, em relação aos fundos, para ter uma dinâmica nacional em relação a isso, porque não é só no nosso estado que isso ocorre. Determinados fundos são criados e historicamente desviados das suas funções, não aplicados para aquilo que foram criados. Temos muito que andar na criação de legislação, aplicação de legislação, fiscalização de legislação. Bom, nós pedimos para entrar e nossa idéia é o seguinte: porque nós vamos precisar disso como gestores, já está pautado núcleo de governo porque eu quero esta discussão, essa discussão ela se dá não apenas com secretário da

fazenda, ai secretaria geral de governo, secretaria de fazenda, secretaria de administração e as secretarias necessárias. Tão logo nosso GT interno da secretaria nos apresente não esta demorando muito na dinâmica, nós vamos trazer a Dra. Ana Beatriz aqui, e é com ela que nós vamos sentar com o governo e discutir a questão relativa aos fundos. Porque ela vem já com esta expertise vem com o presidente da Rede, presidente do fundo nacional para que a gente possa pautar esta discussão, enfim, estabelecer um processo de transição de negociação, ou seja, lá do que for, mas nós vamos fazer os fundos chegarem aos locais para os quais eles foram criados, vocês já falaram, aplicação da rede ambiental, pro próprio planejamento estratégico nós precisamos; para monitoramento, para pesquisa, para equipamento, para formação e capacitação, ou seja, está perto disso acontecer. Se for possível, tentar combinar a vinda da Dra. Beatriz formalizando isso numa reunião do nosso conselho. Acho que uma parte do nosso conselho para ela dar este informe e ficar uma coisa formalizada publica, perante o conselho. A sociedade é estratégica para que a gente vença as etapas de processos históricos que não acontecem dentro dos próprios governos. Então eu acho que nós podemos ter uma relação política interessante com uma discussão, com esta independência que se tem, governos, conselhos, entidade etc. para que a gente possa dar um rumo nos nossos fundos, claro que vocês sabem desse ano, mas nós estamos tentando descobrir, mas mais ou menos já sabemos, quanto é, onde é que está, o que é que foi feito. Olha eu quero ser franca com vocês, de tudo que eu tive informação até agora, uma coisa me preocupou: o que não foi nem aplicado e nós vamos que ter todo um trabalho dentro do governo já estamos pautado para que a gente possa fazer com que os fundos vão ao local que tem que ir. Então só para saber que estamos nesta dinâmica e saber que nós queremos os fundos para nós. Quem está coordenando este processo é o nosso diretor Marco Aurélio com os três diretores DEFAPE, departamento de recursos hídricos e diretor administrativo. Até pela espertícia do Marco Aurélio, funcionário de trinta e um anos de casa da FEPAM e é o nosso coordenador geral, então a coordenação tinha esquecido isso, desculpe. Então é só um informe que eu queria dar para vocês. **Sr. Paulo INGÁ:** eu acho que, mas na mesma linha, a questão da transparência que a gente vinha trazendo, acho que independente de governo, eu acho que se a gente conseguir consolidar uma cultura de transparência de todo o processo de quanto que é arrecadado, como ele foi gasto; a gente pedia varias vezes para os governos anteriores, para que explicitasse tudo que foi gasto, não conseguíamos nunca isso ai. Até pensamos entrar no ministério publico para isso. Se a gente conseguir consolidar, e fica esta cultura que o fundo tem que ser transparente independente de governo, isso vai ser um ganho para nós. **Sra. Presidente:** é uma questão de Estado e não de governo. Eu vou pedir para o pessoal não se retirar nós temos algumas pautas para vencer é importante para a gente ter quorum. Valtemir, dois minutos para ti Valtemir. **Sr. Valtemir FAMURS:** eu pessoalmente, em nome das entidades, dos municípios, gostaria de ratificar o que o Paulo Brack colocou aqui, da necessidade de nós planejar o uso destes recursos que nos últimos anos não temos visto isto, entendo que se nós aprovamos ano passando em junho dotação orçamentária para ser usada até dezembro e não o foi, mostra que a gente não precisa aprovar as coisas com tanta rapidez. Nós aprovamos com rapidez aqui depois não acontece na outra ponta, então isso é uma colocação. Segundo, eu entendo que este relatório, acho que é dentro de processo administrativo de solicitação de adequação deste orçamento do ano passado para esse, entendo que o documento venha assinado, porque posteriormente isso vai fazer parte das atas do CONSEMA. A outra coisa que eu gostaria de solicitar Dra. Jussara, que viesse acompanhado de um extrato bancário o saldo do fundo, tem sete milhões setecentos e catorze mil em conta? Não sei, não tem nenhum documento aqui. Então é uma coisa que tem vir acompanhado para que possa ser votado. Alem disso, para finalizar, não tenho restrições a nenhuma instituições, entidades que vão receber recursos aqui, não tem problema nenhum, só que ano passado foram aprovados alguns projetos sócios ambientais e na hora de formular os convênios não tinha dinheiro não tinha isso não tinha aquilo, então isso tem que entrar aqui. Pega lá os setores de convênios lá tem trinta e seis, nós fizemos a reunião aqui vinte e seis de fevereiro de 2010, nesta sala aqui foram entregues trinta e seis certificados para instituições que tiveram projetos aprovados pela SEMA, não sei quem recebeu, até o colega está dizendo que recebeu, mas estes projetos tem que ser colocados aqui. Fora isso, teve mais um convênio tampão ai, vinte mil reais para alguns municípios. **Sra. Presidente:** se não for um dinheiro de fundo vai ser um relatório separado. **Sr. Valtemir** é por isso que eu queria saber o saldo. E por fim, além desses recursos que eu acho que tem que estar aqui, uma coisa que nós não conseguimos acompanhar em relação ao SEMA, muitos e muitos meses neste conselho nós votamos a aplicação de as empresas e este valor das multas tem que parar aonde? No fundo. E agente não consegue saber se aquilo efetivamente aconteceu. Eu gostaria que houvesse essa, dentro do possível, alterasse essa programação e incluísse os recursos sócios ambientais se tiver fundo, ser justos na lei, mas também averiguar as cobranças que foram feitas no ultimo ano, na verdade há quatro anos de

dois, três meses a gente vota coisas aqui no CONSEMA sobre isso – obrigado. **Sra. Presidente:** Tupi, algum esclarecimento? **Sr. Tupi:** só esclarecendo os atos de infrações, todos eles são devidamente cobrados e o recurso entra diretamente no fundo, ali a nossa cobradora mor – a Tais, responsável pelo serviço de arrecadação da FEPAM. Inclusive aqueles que não são pago nós estamos escrevendo individualmente hoje, coisa que a gente não conseguia fazer pela FEPAM, nós tínhamos uma grande dificuldade, viu Valtemir, de inscrever individualmente na medida que a FEPAM é tida como instituição pública de direito privado então nós não tínhamos esta possibilidade. Então o recurso vem todo para o FEMA, e o FEMA quanto da administração direta então ele faz a inscrição a medida que o pessoal não paga individualmente. **Sra. Presidente:** encaminhamento em relação esta questão. **Sr. Fabrício:** esclarecimento sobre sócio ambiental, a Lurdes do financeiro da SEMA, está esclarecendo que ele está nos fundos de recursos hídricos não no FEMA. **Sra. Presidente:** solicitações: extra bancário da saldo fundo, acho que não tem problema nenhum o extrato bancário está lá, acho que a Lurdes providencia, assinado pelo responsável do fundo a secretária assina. Então, recomposição da junta, junto com isso tem que ver o papel da câmara técnica também. Tem uma câmara técnica, qual o papel da câmara técnica num relatório como esse. Então estou pedindo para vocês resgatarem, Valtemir é da Câmara técnica, está aprovado porque já não colocou estas coisas lá para trazer aqui para o plenário com estas indicações? E me desculpe, eu como presidente do conselho tenho que solicitar. A câmara técnica não pautou estas questões aqui, os membros da câmara técnica pautaram aqui. Eu peço aos membros da câmara técnica que nos níveis assumem suas responsabilidades e pautem, porque aí nos chegamos aqui com esta pauta mais adiantada e com soluções. Terceiro não colocar projetos de convenio estabelecidos com as entidades, os projetos sócio ambientais. Já está esclarecido pela Lurdes isso aqui é do fundo de recursos hídricos então no momento da apresentação do fundo de recursos hídricos esta questão, naturalmente, deve ser pautada, então não é aqui pessoal. Acho que esclarecimento das cobranças os autos de infração está sendo cobrada, Tupi acabou de colocar aqui. Cobra mas vai para o fundo e aí eu não vou ser recorrente na explicação que já dei aqui o informe em relação como nós estamos encarando esta questão, é seria e acho que esta discussão ajudou muito. Então estamos esclarecidos, encaminhamentos feitos, contribuições dada, muito obrigada e vamos então à votação. Aprovação, quem concorda com a aprovação da **Suplementação dos Recursos Oriundos do FEMA**? Alguém contra? Alguma abstenção? Não. Então **aprovado** com estas solicitações etc. que contribuíram bastante para as dinâmicas posteriores. Agora vamos para: qualificações dos municípios, então os relatores serão chamados. Município de Estação, relatora Lisiane Becker. **Sra. Lisiane Becker:** na verdade eu sou relatora porque eu pedi vista do processo, pedi desse e de mais dois municípios. Teve mais entidades que também pediram, não sei se vão apresentar. Então, Estação. Estação eu lembrei que tinha alguma, **ininteligível**, na câmara técnica ou parecer, eu me dei conta que alguns detalhes já tinha visto em outro lugar e assim foi, eu me lembrei do lugar que eu tinha visto. Vim aqui na secretaria, peguei o parecer do município em questão, que era Mato Castelhanos que na plenária que foi analisado eu pedi vista também de Mato Castelhanos, fiz o parecer, foi aprovado pela plenária, que Mato Castelhanos levasse o plano e refizesse e ele assim o fez. Elogiei na reunião passada, que melhorou muito o plano, só que este plano de Estação é exatamente copia, é copia mesmo, não posso nem usar uma palavra menos agressiva. Eu conferi página por página. Não obstante dizer que foi copia a parte homofonológica que a gente pode dizer: foi copiado de um livro, não. Os planos, os programas e projetos são iguais, os problemas ambientais são iguais até a capa é igual só muda o título. Lembrei-me de duas passagens que referem-se a dois biólogos conhecidos meus que no tempo de Mato Castelhanos encontrei com eles, perguntei se aquilo que estava escrito era assim mesmo, eles disseram que não era. Isso me chamou a atenção quando eu li Estação e fala a mesma coisa dos dois biólogos colegas meus. Então me dei o trabalho durante o parecer, quando eu peço vista pessoal, não é para incomodar, eu sou também bióloga de prefeitura eu como é difícil, mas também sei das obrigações que a prefeitura tem ao fazer licenciamento se candidatar à qualificação. Então quando nós temos um município, que simplesmente copiou, não foi problema da consultoria, não interessa, na verdade não existe uma autenticidade deste município, não existem problemas dele, não existem programas para ele. Como não sei quem copiou de quem, sei que o primeiro foi reprovado e voltou novamente, eu vou pedir aqui na plenária que a gente de o mesmo encaminhamento que damos para Mato Castelhanos, vamos ser coerentes. Se nós na época de Mato Castelhanos, o plenário concordou com o parecer, que ele deveria refazer o plano e ele assim o fez e melhorou bastante e aí foi aprovado, este que é uma copia de Mato Castelhanos não tem alternativa, se não dar o mesmo parecer, pedir que ele retorne e refaça o plano, como a gente fez para o primeiro município. Eu não vou me alongar pois para isso serve o e-mail, foi enviado para os conselheiros os pareceres. Tem até os números das páginas, não tem nem como dizer que é um “achismo”. A conclusão é essa que nós

encaminhemos ao município para que leve esse plano ambiental como nós fizemos para Mato Castelhana que era igual, para ele refazer um plano que seja dele mesmo, não de outro município só trocando o nome, que é assim que parece, não sei quem copiou de quem, ele dá o azar de ser o segundo. Sra. Presidente: vamos botar em votação o relatório. Parecer do relator Valtemir – conselheiro suplente pela FAMURS, do mesmo município. **Sr. Valtemir:** o município de Estação, em relação ao plano tem alguns problemas, só que gostaria de alertar todos os conselheiros, em especial Dra. Jussara, isso aqui, se for tomado a pé, esta situação levantada, veja o processo passou pelo SIGA, foi aprovado no SIGA, foi aprovado na comissão de municipalização do SIGA, subiu para a câmara técnica e houve recomendação da câmara técnica por maioria da aprovação do município. Quer dizer, ai chega em plenária nos vamos refazer todo trabalho?! Eu concordo com que a Lisiane está colocando que algum item do plano tenha que ser refeito, agora não concordo de não aprovar o município, por quê? Porque a própria resolução 167 nos estabelece que caso haja complementações teriam seis meses para apresentar as complementações, está escrito. E outra coisa, eu quero lembrar a todos os conselheiros de novo o que melhora o sistema em não municipalizar? Lisiane, o que melhora? Deixar a FEPAM... deixa todo licenciamento na FEPAM, evoluímos todos 275, em que melhora? Nada. Vai apenas aumentar o passivo. Então, eu concordo com as posições de refazer este capítulo, não é um capítulo solto falou de flora ali, não, não. Sra. Presidente: é uma intervenção para cada um e vamos colocar em votação. **Sr. Valtemir:** então assim, Dra. Jussara, eu entendo assim, podemos até ter erros no processo, agora o município caminhou segunda a legislação estabeleceu e foi aprovada aonde: no SIGA, os técnicos do SIGA olharam, advogados, não sei mais o que, uma serie de biólogos, uma serie de gente olhou. Foi para a comissão de municipalização, envolvida por uma serie de pessoas, gente do zoobotânica, gente da FEPAM, gente da SEMA, gente da DEFAP, passou lá, veio para câmara técnica e veio para cá. Concordo que algumas coisas tenham que ser adequadas, mas não concordo com a posição de que tudo que tenha feito está errado, ai é uma questão de Estado – obrigado. **Sra. Presidente:** eu fiz o resgate do que a conselheira Lisiane e vou fazer resgate do parecer do conselheiro Valtemir: concluir seu processo, qualificar-se município de Estação para gestão ambiental municipal com devido licenciamento. Quanto às complementações sugeridas pela câmara técnica que estas sejam efetuadas no prazo estabelecida pela resolução CONSEMA 16707, 180 dias. Agora nós temos os dois pareceres, tem que ficar claro colega. Está claro para todos os dois pareceres, então vamos colocar em votação. Em votação o parecer nº1 da conselheira Lisiane Becker. Quem vota a favor, por favor? 15 conselheiros a favor. Em votação o parecer do conselheiro Valtemir da FAMURS: 3 conselheiros a favor. Aprovado o parecer nº1. Sr. Valmir: tu viste que consta ai na ata o voto da FAMURS. **Sra. Presidente:** eu não posso colocar a favor da municipalização, não foi esta a votação encaminhada, por que se não nós criamos um constrangimento que os outros conselheiros são contra a municipalização. **Sr. Valtemir:** então agora vai ter outra votação de aprovar ou não o município? **Sra. Presidente:** não, Valtemir, o encaminhamento está correto eu tenho que encaminhar de forma correta, parecer nº 1 é esse e parecer nº2 é esse. Venceu parecer nº1. Declaração de votos da FAMURS de acordo com o parecer da FAMURS. Eu não posso adjetivar as coisas, se não nós vamos criar um novo modo de votação. Está claro a posição da FAMURS. Bom, agora nós temos Município de Gentil. Quantos parecer nós temos? Um só? Muito obrigada. Então município de Gentil, parecer Mira-Serra, Bióloga Lisiane Becker, por favor, em defesa de seu parecer. **Sra. Lisiane Becker:** espero que eu não precise mais pedir tanto vista de processo. Sra. Presidente: vamos tentar em cinco minutos? A defesa do parecer?! **Sra. Lisiane Becker:** pode ser. Embora eu tenha recebido mil cento e sessenta e sete paginas para ler nos três processos. Eu vou deixar vários probleminhas menores. É que Gentil na câmara técnica ficou evidente, que não tinha zoneamento, não tinha diagnostico, não tinha programas e projetos. O próprio SIGA, alem dos erros traços como “tamandoa” até a grafia em português está errado imagina no nome em latim como não está. Sra. Presidente: estas considerações a respeito de um parecer, e data por favor, porque nós temos que situar as datas porque nós temos uma nova coordenação do SIGA, um novo processo. **Sra. Lisiane Becker:** vieram de dezembro. Tem pormenores que houve dentro da comissão, dentro da câmara técnica, por isso até não vejo como oportuno dizer que se passou por todos então está certo, porque até o parecer veio contendo três organizações governamentais e cinco governamentais, isso um parecer do próprio sistema. Então não dá para dizer que só porque passou por todos que está ótimo, tem problemas também. Então a listagem de fora eu achei bastante temerário, porque quem olha e não conhece vai dizer: ah ele descreve que tem “*a família X tem espécie butiá, entre outras*”. Então está assim, ele não lista o nome das espécies, ele dá um nome da família, um exemplo que tem na família e escreve “entre outras”. Este é a listagem de flora do município. Isso não é admissível, um diagnostico de flora colocar um nome da família, um exemplo da família. Então isso vai alem daquilo que, pegaram no meu pé aqui de falar ah! o bichinho tal,

isso vai além do bichinho tal. Tem excesso de cópias, o zoneamento ambiental também foi considerado inapropriado pela câmara, não só pelo SIGA que pede que seja refeito a câmara técnica também concorda. O diagnóstico dos principais problemas ambientais que foi um pedido de complementação, quando veio a complementação, só veio o título e a mesma coisa, repetiu. Então, a comissão pediu para ser refeito, eles simplesmente colocaram um título e repetiram. E nos programas, não foi possível entender como é que um licenciamento ambiental municipal que segundo a página 269 que diz: identificação, cadastramento e mapeamento e quantificação de atividades fica dependendo de abstenção de recursos estadual e federal. Como é que um município que vai fazer um licenciamento está dependendo de fazer isso. Quando ele for qualificado, vão dizer que ele se qualifique hoje, amanhã ele está fazendo, como é que ele vai esperar que venha verba estadual, federal. Não está apontado isso, só diz que é um dos recursos que ele vai pedir, vai ser municipal, estadual e federal para fazer licenciamento, para mim parece bastante inadequado. O licenciamento ele é municipal e ele tem saber andar com pernas próprias, pra fazer o mínimo que é o licenciamento ambiental que ele está se propondo aqui. Então neste aspecto, nós estamos pedindo que ele complemente assim como a comissão de municipalização tinha pedido estas complementações e algumas vieram não da maneira como foi pedido, outras não vieram, passou pela câmara técnica de maneira que não deveria, parece uma coisa meio empurrada, esse município está muito aquém de ter um plano ambiental que ajude ele a fazer o próprio licenciamento, uma vez que ele depende de verba estadual e federal para fazer o licenciamento municipal. Então em minha opinião como este município não atendeu o menor dos pressupostos da resolução que ter diagnóstico zoneamento, programas e projetos, ele deve retornar, ele não sabe aonde quer chegar não sabe nem como ir né. Então minha proposta é que ele retorne e seja mais bem adequado a sua realidade. **Sra. Presidente:** bom, então vamos colocar em votação, há só um parecer já apresentado aqui pela relatora. Está em votação, quem concorda com o parecer, por favor, se manifeste. Está aprovado Quem discorda? (3 conselheiros discordaram) Abstenções? (1 conselheiro se absteve). Aprovado então. Agora nós vamos para o município de Tapes. Há três pareceres, há parecer do INGÁ, fomos três relatores que solicitaram né? Um parecer da FAMURS, e um parecer do MIRA-SERRA. Veio nesta ordem aqui para mim, portanto eu estou chamando os relatores nesta ordem. Parecer do INGÁ, por favor, cinco minutos para cada um, Paulo Brack. **Sr. Paulo Brack:** bom, eu tentar ser breve. Então, temos que considerar que essa proposta ela já tinha sido devolvida duas vezes pela comissão de municipalização para adequações e complementações, sendo aprovado por maioria, entre estas, está nomeação de um biólogo como licenciador, considerando que anteriormente era composto pelo próprio secretário do meio ambiente, sem definição de formação profissional além de citar aqui, uma equipe multidisciplinar que antes não constava também. Reconhecemos que houve alguns avanços, entre tanto esta equipe multidisciplinar que foi agregada no último encaminhamento, seria formado por sete profissionais que compõe a empresa CH8. Chamando a atenção que a empresa garantiria a presença de um profissional no município pelo menos quinzenalmente, nos seguintes termos: atendimento objeto o contrato deverá colocar a disposição do município profissionais habilitados, **ininteligível**, sendo que um técnico do contratado deverá apresentar-se junto ao departamento do meio ambiente para prestar assessoria quinzenalmente durante período normal do expediente. Então nós não entendemos que seria uma vez a cada quinze dias, além disso chama a atenção que o contrato com a mesma tem valor de seis mil reais mensais, para toda a equipe de sete membros que dificilmente seria factível **ininteligível**, de cada um dos membros: geógrafo, biólogos, geólogos, agrônomo, técnico agrícola, técnico do meio ambiente e advogado. Claro, a gente sabe que os municípios passam por dificuldades econômicas, porém a gente considera que equipe multidisciplinar ela tem que ser valorizada neste aspecto e uma visita a cada quinze dias a gente acha meio estranho esta questão. O zoneamento ambiental apresentado não aponta área de maior importância biológica nem a áreas onde a degradação ambiental é maior, onde se denota a necessidade de recuperação ambiental. Então, ela é muito genérico o zoneamento, ele não cita nenhuma área com maior interesse, nem áreas que estão mais degradadas que deveriam ser recuperadas. Então são genéricos, inclusive é ausente no programa de unidade de conservação, ele não cita nenhuma área possível de unidade de conservação e, nos chama a atenção que o butiazal de Tapes que é uma das áreas mais faladas aí na metade sul, inclusive o ex secretai Berfran foi visitar a área, é uma área de enorme relevância do Estado, consta uma das maiores populações adulta de butiá **ininteligível**, espécie ameaçada de extinção e causa estranheza a ausência da citação deste butiazão nos planos ambientais. Então sugere que o município apresente a intenção proposta de uma estratégia conservação da espécie com apoio da secretaria do meio ambiente. Chama atenção de um problema crônico apresentado por um lixão (figura dois) depois eu passo aqui, junto ao um butiazal do município, sendo que este problema não foi detectado, apesar de notícias recentes darem conta que foi

interditado pelo ministério público após o não cumprimento de taque, de constatação já ocorrida em outras ocasiões, é recorrente esta questão do lixão de Tapes. Então, não existia neste plano, nenhum tipo de referencia como tratar o lixo da cidade, foi só mencionada a coleta e se fala também no programa a questão de coleta e tratamento, ou destinação, desculpe, dos resíduos de saúde, mas não dos resíduos domésticos da cidade. Então este é um dos pontos principais. A questão de esgoto é deficitária, não existe nenhuma citação de como será tratado a rede de esgoto doméstico, se gregados a rede fluvial, fala aqui que na rede fluvial junto com a rede de esgoto é uma coisa só, isso nos chama a atenção também. Novamente o plano de tratamento influente sendo genérico, não cita nenhuma proposta mais consistente, intenção de projetos e prazos para conclusões. Sugere-se que o recolhimento das embalagens agrotóxico que está com programa que se tenha um destino final adequado que não foi apontado nos planos ambientais municipais. Então se fala num plano de recolhimento de embalagens mas não apresenta nenhum plano de metodologia como vai ser feito para onde vai ser destinado. “considerando as amplas áreas de silvicultura sobre tudo pena de, **ininteligível**, espécie é que tem potencial de incorporação de silvicultura, **ininteligível**, ausência para controle de invasão biológica de espécie exótica, a segunda coisa de perda de biodiversidade” . Então está em questão que a gente consideraria que seria importante citar. Já que existe uma área de plantio de eucalipto, pinos na região, principalmente do pinos que está **ininteligível**, costeira se estendendo muito. “sugere-se que os planos ambientais, culturismo rural, ecológico associados ao incremento das pastagens nativas, com a participação de técnicos da EMATER, FEPAR, FARSUL ligados a pecuárias de campos nativos e universidade dentro do projeto biodiversidade”.

Sra. Presidente: eu quero fazer um destaque aí, depois, só estou pedindo a ele um destaque. **Sr. Paulo Brack:** sugere-se n que se refere ao florestamento de matas das margens dos rios, apontados como uma das necessidades, sejam identificados locais a serem realizados estes plantios, então, este detalhamento não é feito, só se fala ah vai ser feito um recuperação de matas nativas, mas não diz aonde. Então sugere a incorporação de matas nativas, alimentícia da região como destaque ao araçá a butiá e a cereja do mato. Sugere-se que sejam dadas prioridades ao desenvolvimento da educação ambiental citando indicadores, metas, locais, escolas, pois de outra forma se torna propostas com boas intenções, de difícil cobrança de sua realização pela comunidade local, conselho municipal do meio ambiente. Neste termo de parecer que o município atenda previamente estes itens antes que obtenha habilitação ambiental municipal para licenciamento de parque local. Aqui nós temos então duas imagens, uma delas da fundação zoobotânica mostrando o butiazal de Tapes, que é uma área fantástica que mereceria uma área prioritária para conservação, que mereceria um projeto. E ali é uma outra situação, nós temos aquele lixão que foi interditado do lado do butiazal, então esta é uma situação, claro que a prefeitura, até não sei se tem algum representante da prefeitura de Tapes, poderia até responder para nós, até poderíamos fazer uma interlocução, já que não teria, não nos sentimos em condição de aprovar a habilitação ainda. **Sra. Presidente:** esse é o encaminhamento? **Sr. Paulo Brack:** é esse seria. **Sra. Presidente:** me permitam um destaque, tem que ser agora, até porque independente da votação, tem que ser agora. Quando em um dos encaminhamentos do INGÀ, em relação às fundações e ele cita, inclusive, fotos da zoobotânica, por favor, incluir no seu parecer a fundação zoobotânica. Porque em relação às pastagens nativas nós estamos com dois pesquisadores e estamos já lá na aliança, **ininteligível**, então Tapes necessariamente tem que ser incluída. Vou pedir para colocar zoobotânica aí, por favor, independente do parecer. Os pareceres todos, independente das votações, são pareceres que vem contribuir para um processo de municipalização em um rumo que todos nós queremos, então por favor fazer, é uma solicitação minha particular. Bom, segundo é nosso parecer da FAMURS, relator Valtemir Bruno. Eu peguei na ordem aqui...não sei vocês se entendam, eu estou encaminhando na ordem. Eu acho que a ordem dos fatores não mudam o produto que nós vamos votar, mas se a conselheira Lisiane Becker, entender e vai na mesma linha, acho que está bem encaminhado pelo conselheiro Valtemir – obrigada. **Sra. Lisiane Becker:** é a relevância do butiazal de Torres tem até uma publicação da própria fundação zoobotânica, um baita de um livro, não tem como deixar de conhecer o butiazal e a lagoa do casamento. Bom me chamou a atenção em Tapes, inclusive da câmara técnica foi apertada a decisão, duas coisas. Primeiro que o conselho municipal de meio ambiente antiqüíssimo, só que só agora em 2010 é que conseguiram meio que ajeitar o conselho. Falando com o representante, o representante disse por que não tinha quorum. Realmente fui olhar e espanta que a quantidade que reuniões que tenham ali documentado, quase que 80% não houve quorum. Então eu fico, primeiro ponto, que não depende tanto d prefeitura, a não ser que eles nomeiem as pessoas, as entidades. Como é que um conselho vão deliberar em cima de uma demanda se não se reúnem, ora, é meia dúzia de entidades e nota-se nesta reunião, que existia até uma de interpretação sobre a EMATER e sobre a COPERCAR, que é cooperativa mista de recicladores e carroceiros de Tapes. Eles estavam

como categoria uni g. no final de 2010, realmente eles fizeram a adequação, tiraram e colocaram uma outra entidade. Nesse meio tempo, me chamou a atenção que esta mesma entidade que fazia parte do conselho do meio ambiente, que não deveria estar ali, por força legal, não poderia estar, ela é que mantém convenio com a prefeitura para recolhimento de resíduos sólido urbano, via carroça. Então, a mesma entidade que faz a coleta também estava no conselho, isso é o de menos, o que me chama a atenção é fazer coleta de resíduos sólido urbano por meio de carroça e para depositar no lixão do Butiazal. Quer dizer, este aterro não é de hoje que está na justiça. Nós tivemos uma forte discussão a pessoa que estava representante era bastante enfática que estava na justiça, saiu uma decisão final, o município foi condenado, até que fecharam, não podem mais usar o lugar vai ter que fazer a remediação do lugar e tem 120 dias para entregar um projeto de recuperação desta área que é considerada de grande sensibilidade ambiental, não poderia de jeito nenhum estar ali e entregar este projeto para a FEPAM. Bom, adiante. O nosso encaminhamento, como é um município que não tem nenhum projeto para melhorar a sua coleta de resíduos, não existe nada, e é grave aí um comentou: “ah em Porto Alegre tem carroça recolhendo”, mas ilegalmente, irregularmente e só de resíduos recicláveis, não resíduo sólido urbano, e ainda com convenio com a prefeitura. Então está na hora do município entrar na era atual e fazer um projeto que apresente esta questão de maneira adequada. Quanto ao aterro como já foi dado pela justiça, depois de vinte anos de uma irregularidade, tendo apontado por uma ONG local, inclusive que não faz parte do conselho, ninguém sabe porque, mas bastante atuante, que entrou no ministério publico, ela que está levando através de dois integrantes ação popular, conseguiu. Tem uma outra questão por traz que está na imprensa, não foi uma decisão da juíza, não deu liminar porque faltou alguma documentação, uma análise de água. Mas parece que a água do pessoal que mora no entorno do butiazal está contaminada por conta do aterro. Então se vai vir uma outra questão futuramente, isso foi divulgado na imprensa, não é fofoca, saiu no parecer da juíza, quem leu está lá escrito. Então no mínimo este município teria que refazer o seu plano ambiental de modo que contemplasse as questões que foram levantadas pelo Paulo Brack, e por nós da mira-serra, incluindo a coleta. Qual é a coleta destino adequada dos resíduos sólidos, tirar o pessoal das carroças. Inclusive foi me passado, a pessoa que representou disse que isso aí era uma inclusão social, melhoria de vida para a população ficar recolhendo de carroça, vai lá em Tapes para ver se é uma melhoria mesmo. Então, dar o mesmo prazo que o ministério publicou dele. Porque ele está a vinte anos na justiça tramitando e recorrendo para resolver este problema gravíssimo que é do lixão no butiazal. Então nós encaminhamos para o retorno desse plano para Tapes, que ele refaça, incluindo um programa de coleta e destinação adequada de resíduos e dar um prazo para ela também de 120 dias. Ele vai ter que colocar neste plano que ele apresentar o projeto que ele vai ter que apresentar para a FEPAM. Acho que é uma decisão justa, a justiça já deu ganho de causa para a ONG, ele vai ter que fechar o aterro e apresentar um plano de remediação. Eu acho que é condição para nós aprovarmos qualquer plano aqui que ele apresente este projeto. **Sra. Presidente:** visivelmente nós estamos sem quorum, as eu vou passar a palavra para Valtemir porque ele é o próximo inscrito para defesa do seu parecer, eu creio que é justo, depois o que nós vamos fazer a gente vai fazer verificação de quorum, eu não vou fazer antes dele apresentar. Tem três relatores todos vão apresentar depois a gente vê o que se faz. **Sr. Valtemir** FAMURS: o meu relatório, ele fundamentalmente não visa julgar o município e ele se baseia fundamentalmente no que estabelece a resolução 167 e eu entendo que o município passou também pelo SIGA, pela comissão de municipalização da SEMA, pela câmara técnica, mesmo que com votos discordantes, mas passou e chegou a este plenário para uma votação. Então se este o ritual Dra. Jussara, entendo que o município estaria apto a ser levado em votação. No tocante as observações que foram feitas quanto ao aterro, lixão de Tapes, realmente esse aterro é um problema, não é de agora, mas de muitos anos, inclusive, **ininteligível**, com a liminar e quero te adiantar Lisiane, vou verificar e na próxima reunião te digo, mas já deve ter sido emitido uma liminar da justiça. Foi trinta de março deve ter sido citado doze ou treze de abril e já deve ter sido emitido uma liminar da justiça estadual em relação ao assunto. Quanto ao fechamento do aterro, eu entendo que tenha que ser fechado o aterro, eu pessoalmente já estive lá, e realmente, todo o município de Tapes, tirando aquele local lá, o resto é APP das lagoas que tem ali ou então é butiazal, então não tem muito o que inventar. Agora a situação deles é mandar para, **ininteligível**, acabou, não tem outra solução. Então a solução é essa: fechar e mandar para um aterro privado, pronto. O aterro esse que está sendo dito, o rapaz este que esteve na reunião Lisiane, lamento, ele foi demitido, conferi isso de manhã, por falar algumas coisas que não são verdades e em função disso a prefeitura demitiu ele. Eu não consegui comprovar como está a coleta do lixo, mas eu acho que na próxima reunião o assunto vai voltar, eu vou trazer uma explicar sobre a coleta do lixo. E por outro lado Dra. Jussara em relação a legação do conselho em relação a paridade do conselho do que está estabelecido é entidades governamentais e

não governamentais. A EMATER é não governamental, sempre foi...mas aí é um erro de grafia, Lisiane, por amor a segurança pelo amor de Deus! E em vez de cinco governamentais e seis não governamentais tu passa a ter sete! É um erro de grafia. Não é esse o mérito do assunto, porque o que diz a legislação? “entre governamentais e não governamentais tem que ter 50% para cada um” isso é o que diz. S tu inclui a EMATER como governamental mas ela é não governamental tu estás aumentando a segurança da sociedade, em vez de ter cinco em um conselho de doze que seria seis para cada lado, tu vai ter sete não governamental e cinco de um lado, quer dizer, eu não estou vendo isto como problema. **Sra. Presidente:** vamos no mérito! Vamos no mérito!

Sr. Valtemir: vamos votar contra o município então, vamos votar contra! Eu estou vendo que é só detalhes superficiais. Depois de um processo passar pelo SIGA, pela comissão de municipalização da SEMA, pela câmara técnica e chegar aqui e causar essa polemica toda. Então eu só gostaria de colocar, o meu parecer é segundo a resolução 167 e recomenda: “concluir processo, habilitar”. E quanto as complementações se utiliza a resolução 167 e se complementa o que for necessário nos 120 dias. No tocante ao resíduo sólido, na próxima reunião eu me comprometo de trazer uma resposta. As informações que foram colocadas aqui de conversas: o fulano conversou que era a favor disso e não sei o que, eu na próxima reunião vou esclarecer, obrigado.

Sra. presidente: em primeiro lugar, senhores e senhoras! Nós estamos conduzindo, eu quero deixar muito claro, regimentalmente, pede vistas, pede vistas. Os senhores pediram vistas, o regimento pressupõe pedidos de vistas, nos temos que arbitrar em função do regimento. Concordemos ou não com os méritos, pedido de vista é pedido de vistas. Segundo, nós estamos buscando licenciar (acho que o trabalho da FAMURS tem sido extraordinário) os municípios para fazer a gestão ambiental, portanto, não é contraditório a discussão para que eles façam a melhor gestão ambiental que precisamos para o Estado. Então o papel do estado, nós Estado é contribuir. Nós temos três pareceres diferenciados, eu vejo que há duas posições. Nós podemos votar projeto por projeto, é este o encaminhamento que eu tenho dar nesse momento: de colocar três pareceres em votação. Aquele que for vencedor será o parecer assumido. Me parece que há duas posições que convergem que são das duas ONGs, representados pelo Paulo e pela Lisiane e uma posição que não converge neste sentido que é a posição apresentada pela FAMURS. Eu vou esperar a votação, porque eu quero fazer um encaminhamento, após o resultado da votação, independente do resultado, para não influir na votação. Vou fazer como secretaria então eu tenho que primeiro votar em relação este município de Tapes. Então vamos... eu vou pela ordem: primeiro parecer em votação...os dois autores de dois pareceres encaminham no sentido do não deferimento hoje, e que retorne ao município para as complementações necessárias. Pelo deferimento hoje, pela aprovação da FAMURS é isso. Então vamos assim. Pela aprovação HOJE, orientado pela orientação da FAMURS, quem vota pela aprovação HOJE? (5 conselheiros) pelo encaminhamento de indeferir hoje e voltar ao município para que no menor prazo possível, cumpra ...o menor prazo seria agilizar, aí é o município que vai dar seu prazo para que agilize. Para que haja menor prazo possível, não significa qualidade, tem coisas que estão há anos aqui que até hoje não foram resolvidas. Então retorne ao município para as complementações necessárias dentro do prazo que o município consiga. Ta vocês deram prazo, Lisiane, por isso que eu estou dando, está aqui 120 dias, eu estou procurando dar no menor prazo possível. A senhora como bióloga ensina uma farmacêutica que neste caso é 120 dias, eu fui assim. Se não é, eu retiro. Então, retorne ao município para que o município atenda as exigências da legislação. Votada à segunda questão. Abstenção? Ninguém. Então, foram cinco e três foi isso que contei. Bom senhores, eu esperei votar para fazer o seguinte encaminhamento: Tapes, senhores, ele alem de ser na nossa lagoa, ele tem o butiazal, ele tem a lagoa do casamento, que na minha concepção são monumentos naturais, eu acho que nós temos que começar a olhar os monumentos naturais que nós temos. Eu estou propondo, é proposta da secretária ao SIGA para que nós busquemos dar uma atenção especial a Tapes, aí junto com os movimentos. Tem uma ONG lá muito ativa, eu os conheço há bastante tempo, os verdes, e junto com a FAMURS para que nós possamos levar a possibilidade de fazer com Tapes se classifique na municipalização à altura do significado daquela cidade no contexto da sustentabilidade ambiental e um cidade que tem monumentos naturais, uma cidade inclusive que vai fazer parte do processo da copa pelo butiazal, pela lagoa do casamento e pelas praias de Tapes, pelo que Tapes é, uma cidade histórica inclusive. Então que nós, Rafael do SIGA, encaminhamento da secretária, para nós possamos em conjunto ajudar Tapes a superar este problema para se classificar o mais rápido possível como município. Acho que é este o nosso papel e de todos também. Estou encaminhando, nós da secretaria vamos fazer isso. Quanto as questões dos resíduos sólidos, eu creio que nós não podemos centrar esta questão apenas em uma cidade. Não é só Tapes. Eu acho que este conselho tem que ter esta consciência, de nós temos uma enorme responsabilidade com a política, com a conferencia de resíduos sólidos, com a política nacional de resíduos sólidos. A conferencia este ano é sobre esta questão e

Tapes, inclusive vai estar inserida, porque nós estamos pensando de encaminhar a conferencia, não apenas a municipal, estadual. Nós estamos pensando em fazer três conferencias regionais, relativas as áreas das futuras agencias de bacias hidrográficas. Tapes vai entrar nas agencias litorâneas do âmbito do Chuí, pegando a nossa costa doce. Ai eu acho que nós não podemos crucificar Tapes sob a ótica dos resíduos sólidos. Seria um erro nosso, eu quero deixar essa minha opinião aqui nesta votação, porque não há uma política de resíduos sólidos. Só algumas cidades fazem ai eu acho que aí é o papel do Estado, como indutor. Eu não estaria neste momento acusando Tapes, isoladamente do contexto do Brasil, porque infelizmente esta tirando ali do lado dos butiazais. Está tirando, é um erro, mas infelizmente isso está ocorrendo em todo o Brasil. Acho que aí cresce, Dra. Lisiane, a nossa responsabilidade na questão do processo da conferencia do meio ambiente em relação a política dos resíduos sólidos. Nós temos que tornar uma cadeia produtiva, que gere emprego, renda mas com qualidade dos trabalhadores que vão trabalhar ai. Então a gente vai ter ajudar as cidades e em muito, todos nós neste sentido, então eu gostaria de fazer esta proposta e já está encaminhado. O SIGA, necessariamente dar uma atenção especial e pessoalmente, como secretária, quero estar junto neste processo, junto com todos que queiram participar. Agora nós vamos para algo muito importante que é, são símbolos né senhores, que eu acho que mostram momentos diferentes. Estamos aqui com parecer da câmara técnica em relação ao primeiro processo que a atual gestão faz em relação a qualificação do município através do SIGA no município de Protásio Alves. Por unanimidade aprovado na câmara técnica. Eu faço questão de dizer isso a este conselho, de que nós estamos buscando fazer gestão, as câmaras técnicas são fundamentais para este processo e eu quero cumprimentar os trabalhadores que estão lá no SIGA e que deram possibilidade de que isso ocorresse. Então agora nós vamos entrar no município de Protásio Alves eu vou ler o parecer: *“ao cumprimentar vossa excelência cordialmente, tomo a oportunidade para encaminhar parecer dessa câmara temática permanente de gestão compartilhada Estado e Município, sobre pedido de qualificação do município Protásio Alves para o exercício de licenciamento ambiental das atividades de impacto local de acordo com a resolução CONSEMA de 2007 com a resolução CONSEMA de 2000. o pedido teve encaminhamento apresentado a seguir. A documentação enviada pelo município Protásio Alves foi analisado pela assessoria jurídica da SEMA e teve relatório e parecer aprovado na comissão de municipalização da gestão ambiental em seis de abril de dois mil e onze, recomendando a homologação do pedido de qualificação. O pedido de qualificação foi analisado por esta câmara técnica na 159 em reunião ordinária, em catorze de abril de dois mil e onze, submetido por votação e aprovado por unanimidade faço o, **ininteligível**, parecer favorável pedidos de qualificação do município de Protásio Alves para o exercício de licenciamento ambiental nas atividades de impacto local de acordo com as resoluções referidas, e segue junto o processo de 14 de abril de 2011 assinado Lisiane Becker, presidente da câmara técnica de gestão compartilhada estado e município”*. Espero que não tenha nenhum pedido de vistas e que possamos aprová-lo com uma salva de palmas do resultado de todo este trabalho em conjunto. Em votação, Protasio Alves – não primeiro vamos votar -. Alguém contra? Tem um voto contra. É, abstenção? Nenhuma. Então aprovado o município de Protasio Alves. Altemir puxa as palmas...(palmas). Nem tudo é tristeza, tem alegrias no meio do caminho. Bom processo de denuncias dos municípios – é a próxima pauta. Preciso ser policiada aqui. Não temos mais quorum? Vamos fazer verificação de quorum. Se não vou ficar fazendo... vou ficar aqui...eu tenho que viajar para Santo Ângelo urgente. Política de, cadê a produtiva de plantas medicinais, aromáticas e condimentares? (16 presentes). Terminou o quorum, é isso? Acabou de sair um conselheiro. Então senhores, deixamos o que faltou da pauta, para a próxima. Só faltou dois itens: este processo e assuntos gerais que não tinha nenhum assunto pautado. Agradeço a todos e a todas, cumprimento nossos conselheiros. Acho que foi uma reunião muito produtiva. Obrigada a todos e bom resto de semana. Foi lavrada a presente Ata Declaratória, que vai assinada pelos Conselheiros presentes a reunião.

Jussara Rosa Cony
Secretária de Estado do Meio Ambiente

Paulino Donatti
FETAG

Hugo Verli
CBIOT

Ivo Lessa
FARSUL

Airton José Scheffel
FAMURS

André José Kryszczun
Secretaria da Cultura

Daniel Cristo de Souza
SSP

Lisiane Becker
MIRA-SERRA

Clovis Zimmer
FIERGS

Mariana Bonelli
SDPI

Ana Lucia Cruz
SINDIAGUA

Carlos Fernando Niedersberg
FEPAM

Eduardo Stumpf
CBH

Eliane Souza
Secretaria da Educação

Baltazar Teixeira
SEINFRA

Alexander Cenci
SEAPA

Flavio Lewgoy
AGAPAN

Fernando Hartmann
SERGS

Paulo Brack
INGÁ

Darci Campani
UFRGS

João Paulo Steigleder
Corpo Técnico da SEMA.